



ENCONTRO  
INTERNACIONAL  
FRONTEIRAS E  
IDENTIDADES

## COLÔNIA RONDINHA: MISSIONEIRISMO E IMIGRAÇÃO NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Mauro M. Wesz<sup>1</sup>

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** Procuramos com esta pesquisa entender o processo de desenvolvimento e alterações no espaço que conhecemos atualmente como município de Caibaté-RS, situado na região noroeste do Rio Grande do Sul. Buscamos, dessa forma, entender a dinâmica de povoamento dos territórios nessa região, levando em consideração as peculiaridades dos diversos grupos sociais, particularmente os imigrantes europeus que buscaram principalmente através da posse da terra, formas de crescimento econômico. Este é o processo de ocupação da chamada “Colônia Rondinha”, que posteriormente foi denominada Vila Santa Lúcia e por fim Caibaté em 1960 com a emancipação. Portanto, queremos explicar o processo inicial de desenvolvimento deste espaço, e contribuir, para diminuir a escassa produção da história local. É a partir destes elementos que queremos compreender a história das origens do município de Caibaté, das pessoas que ali vivem, criam raízes, e povoaram uma região cuja proximidade com as Ruínas de São Miguel das Missões a torna bastante peculiar, sendo este elemento vastamente usado pela Igreja naquele contexto de uma sociedade que estava aos poucos se formando.

### Introdução

No presente artigo analisamos as origens da atual cidade de Caibaté, região das Missões, no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1920-1930, em suas representações de passado vinculadas ao Missionarismo, em seus vínculos com o Santuário do Caaró – lugar de Memória Missioneira – e suas fontes de milagre como a fonte d’água sagrada, o coração do padre Roque Gonzalez de Santa Cruz que se fez relíquia, o martírio dos jesuítas que sacralizou a terra com o sangue dos mesmos. Essas representações estão presentes, vivas nas memórias dos caibateenses, expressas na Romaria de caráter penitencial, ao menos desde 1933 até a atualidade.

---

<sup>1</sup> Co-autor. Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Autor. Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós Graduação em História na UFSM; Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).



No entanto, no âmago desta experiência, dessas vivências, encontramos uma comunidade formada basicamente por colonos e caboclos. Colonos ligados as atividades agropecuárias que construíram a colônia Rondinha e a Vila Santa Lúcia, mas que ao invés de terem valorizadas as suas representações de passados, se transformaram em guardiães da memória missioneira, dos seus segredos envoltos no evento do Martírio dos Padres Jesuítas de 1628. No imaginário coletivo e popular as experiências dos imigrantes se perdem no esquecimento em detrimento das lembranças da organicidade do Santuário da Caaró e de suas inflexões. Nesse sentido, nos propomos aqui a compreender como se deu a formulação desse Missioneirismo em meio a Romaria de caráter penitencial e a produção de suas narrativas e o quanto as lembranças dos tempos da Vila Santa Lúcia – hoje Caibaté – se relacionaram no âmago das mesmas.

### **Colônia Rondinha e Vila Santa Lúcia: lembranças e esquecimentos**

De uma maneira geral quando se olha para a região das Missões do Rio Grande do Sul geralmente se recorre à experiência missioneira dos séculos XVII e XVIII, que deixou marcas indelévels na cultura da região. A maioria dos estudos recorre a explicar os sucessos e as crises de tal experiência em detrimento de outras frentes de ocupação da região ao longo do século XIX, como a imigração européia.

Nesse sentido, buscamos compreender as origens do município de Caibaté a partir de sua formação de migrações internas, desde a Colônia Rondinha no final do século XIX e posteriormente, vila Santa Lúcia – comunidade preponderantemente de descendentes de imigrantes, em sua fase de migração mista – fundada principalmente por colonos de Rondinha em 1919. Este processo de ocupação desta região no noroeste das Missões envolveu diversos aspectos que também preponderavam sobre o Rio Grande do Sul naquele período, dentre eles a migração interna de descendentes de imigrantes na região norte do estado, principalmente Ijuí, bem como o crescimento de várias comunidades em decorrência desse movimento migratório.



Este processo de ocupação envolveu o contato com aqueles habitantes que já estavam na região, porém não tinham acesso aqueles lotes de terra comprados, onde posteriormente haveria crescimento urbano.

Sobre a questão do loteamento e compra das terras, que deu origem a comunidade agrária de Santa Lúcia, muitas vezes denominada de Caibaté, oficializada somente a partir do decreto lei n. 720, de 29/12/1944. Irene Hoffmann esclarece que eram terras compradas do espólio de Joaquim Gomes Pinheiro Machado:

O dono de toda área de mata correspondente ao município de Caibaté, pertenceu ao senhor Joaquim Gomes Pinheiro Machado. Essa foi, portanto a primeira área povoada dentro dos limites do município; vê-se então a exclusividade de uma população de origem tipicamente lusa, dedicada à pecuária. Em 1893, por ocasião da Revolução, falece o senhor Joaquim Gomes Pinheiro Machado, deixando a seus herdeiros esta área. Os herdeiros por sua vez, em 1919, venderam suas partes por intermédio dos procuradores-colonizadores: Henrique Leopoldo Seffrin, Antônio Teodoro Cardoso, José Gallas, que dividiram as terras em lotes coloniais de 20 a 30 hectares. Estes lotes foram adquiridos por colonos na sua maioria de origem alemã. Muito vinham de Serro Azul (atual Cerro Largo) e alguns vinham diretamente das “Colônias Velhas”. Com a venda destas terras foram locadas duas áreas urbanas: Santa Lúcia (atual Caibaté) e Mato Queimado. (Hoffmann, 1991, p.6).

A comunidade de Santa Lúcia está situada na Região de Matas do Rio Grande do Sul. A peculiaridade de seu caso é justamente a forma “espontânea” que foi se desenvolvendo e agrupando diversas famílias das mais variadas origens, mas com o catolicismo em comum. Assim uma interessante questão que se apresentou foi o caráter identitário que os grupos sociais que ali se estabeleceram foram adquirindo, e com o passar do tempo foram interpretando e negociando com ele, de modo geral não é somente o que chamamos de “missioneirismo” que buscamos entender, mas também a forma com que este espaço foi sendo habitado.

No entanto, o ponto fulcral para o entendimento da trajetória histórica da comunidade de colonos de Santa Lúcia é a ação empreendida pela Companhia de Jesus na região. Os próprios jesuítas se reportam à comunidade como sendo Caibaté e Santa Lúcia a capela curada vinculada a São Luís Gonzaga, de Caibaté. Os jesuítas constatam que: “até poucos anos atrás não ocorrera aos colonos melhorarem a situação financeira por meio de um manejo metódico da terra [...] os descendentes continuaram a proceder da mesma forma” (Schupp, [1912], 2004, p.209). Mas, o jesuíta também busca o entendimento desse marasmo, dessa



apatia nas estruturas de poder político da época ao afirmar sobre a Região das Matas: “Pelo que sabemos, até 1900 não aconteceu nada em favor da proteção das matas por parte das autoridades oficiais” (Schupp, [1912], 2004, p.209). A fim de superar esse problema, os jesuítas propõem ações concretas e constroem discurso que: “preocupavam-se muito com o bem estar-material dos colonos”, como alude Ambros Schupp, S.J., em sua crônica. Numa perspectiva de economia solidária, os jesuítas e as comunidades de colonos organizam as Assembléias Gerais dos Católicos. Os jesuítas passam então a organizar os lavradores da Região das Matas, entre eles os que viviam na Colônia Rondinha e na vila Santa Lúcia, conforme discurso do Pe. Ambros Schupp, escrita em 1912, na qual situa e evidencia a atuação do Pe. Amstad em Assembléia Geral dos Católicos, quando se fundou a Associação dos Agricultores, com princípios cooperativistas para organizar o trabalho dos lavradores.

O P. Amstard podia ler nos rostos que suas palavras caíam em solo fértil e, quando no final a assembléia em peso irrompeu num sonoro Viva!, pôde permitir se fazer a proposta da criação de uma associação que tivesse como objetivo o entendimento aos múltiplos interesses dos colonos [...] E como a proposta encontrou aceitação geral, apresentou numa reunião extraordinária os estatutos e o plano de organização [...] 400 homens se inscreveram na lista de sócios. Todos eles retornaram depois para as suas picadas e começaram a procurar adeptos para a nova associação, de forma que ela evoluiu promissora e rapidamente. (Schupp, [1912], 2004, p.213).

Em outra fonte histórica datada de 1938, que faz referencia as comunidades da região, em que se situa Santa Lúcia ou Caibaté, pode-se perceber que a mesma está inserida nos projetos da Companhia de Jesus de organização dos trabalhadores em forma de associação:

Desde que a sede do decanato (área pastoral) veio de São Luís [Gonzaga] para cá, fazemos muito mais reuniões. Fazem parte: Serro Azul, São Luis, Caibaté, Campinha, Porto Lucena e Pirapó. Precisariamos mais um padre. Os trabalhos aumentam cada ano. (Spohr, 2013, p.58).

Dessa forma, é importante perceber três aspectos intrínsecos à organização da vila Santa Lúcia. O primeiro, o fato de um grupo de jesuítas demonstrarem interesse em desenvolver o projeto de ocupação da Região das Matas, coincidentemente Região das Missões, desde o final do século XIX, mas que encontrou as condições objetivas nos primórdios do século XX, durante o governo republicano do Estado Brasileiro de regime político republicano e presidencialista, conforme a Constituição de 1891. Esse interesse está



acompanhado da ação de organizar o trabalho dos colonos em associações católicas. Sobre esse projeto de povoamento da região com o auxílio da Igreja Católica, Schupp comenta que:

Apenas no começo dos anos 1880 veio a ideia de repovoar de novo a antiga região das Missões ao longo do Uruguai. O Pe. Steinhart e o Pe. Schleipen foram destacados para uma viagem até lá, quando, não sabemos por que razões, os superiores se declararam contra a execução do plano. A questão voltou de novo à tona mais tarde. O Pe. Max von Lassberg ofereceu-se para acompanhar os colonos em busca da região do rio Uruguai. Presume-se que foi algo de caro ao coração dos jesuítas a tarefa de verem povoadas novamente por mãos cristãs aquela terra que fora regada com suor e sangue de seus predecessores e da qual haviam sido expulsos de uma forma tão humilhante. (...) a comissão realmente se deslocou para lá, e o Pe. Max von Lassberg a acompanhou. O parecer da comissão, e aquele posterior a este último soou positivo e, como consequência, já em setembro de 1902, um grupo de colonos partiu para Serro Azul, sob a coordenação do citado padre. (Schupp, [1912], 2004, p.211).

Nesse fragmento do discurso jesuítico percebe-se o projeto de retomada da região das Missões, cujo cerne era: “repovoar de novo a antiga região das Missões”, por isso, não é por acaso que seguidamente os padres se referem à Santa Lúcia como Caibaté. Num outro documento que trata da Romaria do Caaró em 1939, temos a seguinte informação: “Recorte do jornal “Deutsches Volksblatt” [que circulava entre os alemães]. A Romaria do Caaró serviu de preparação para o congresso dos católicos, previsto para 16-18 de fevereiro de 1940 [...] Foram recebidos em Caibaté (= Santa Lúcia) pelo pároco Pe. Paulo Weng. Pernoitaram lá, nas famílias. De manhã, missa e partida. Chegada em Caaró um pouco depois das 12:00.” (Spohr, 2013, p.61).

O terceiro aspecto inerente à organização de Santa Lúcia, ou Caibaté, diz respeito à organização das romarias aos santos mártires – três jesuítas de 1628 que passam a ser ressignificados a partir de 1928 na região – nas quais se percebe o empenho dos padres naquele momento em preservar, resguardar, valorizar e propagar os acontecimentos do século XVII, definindo-os em sua pertinência e importância à História do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os intelectuais jesuítas construíam o pensamento de disputa pelo o passado histórico sul-rio-grandense, além de ratificarem o catolicismo oficial em detrimento do catolicismo popular, posto que, provavelmente a devoção aos santos mártires deveria se constituir em práticas de religiosidade popular na região. Pela ordem do discurso jesuítico, percebe-se o empenho dos mesmos em organizar a devoção aos santos mártires, organicamente ligados à Companhia de Jesus:



Os padres Provincial e Kurzo foram a Caaró. O Provincial benzeu mais uma vez a cruz, no lugar do martírio de Roque Gonzales e Afonso Rodrigues. A seguir, foi celebrada missa solene. Uma grande multidão esteve na celebração, Caaró está situado um pouco fora da nossa paróquia [Santa Lúcia], sob a jurisdição o pároco de São Luiz Gonzaga, Mons. Estanislau Wolski, o qual promoveu toda esta solenidade com muito zelo. Nesta ocasião foi erigida uma grande cruz de madeira esperamos que em breve surja lá uma capela. (Spohr, 2013, pp.44/45).

Na formulação do discurso jesuítico sob os paradigmas do pensamento ultramontano, o passado histórico da região das Missões estava sendo reescrito, a partir de seu fato fundante – o empenho e o martírio dos missionários jesuítas do século XVII em evangelizar os Povos indígenas – dessa forma, o evento de 1628 deveria ser marcado em seus elementos emblemáticos como a definição precisa do local do martírio, da sacralização do primeiro grande milagre – a relíquia do coração – a cruz, transformando-o num lugar de memória missioneira. Para além do lugar de memória cristã. Assim a presença dos jesuítas também se consubstanciava a partir de suas elaborações mentais, dos seus paradigmas impregnados no pensamento jesuítico.

Com relação aos jesuítas, sua presença intelectual naquele espaço é evidenciada por Oliveira em “O encontro entre os GUARANI na Província do Paraguai e o *glorioso martírio do venerável* padre Roque Gonzáles nas terras de Ñezú” (2010), ao analisar os fenômenos que deram origem à construção das representações e imagens Pe. Roque Gonzáles, em contraponto ao esquecimento do cacique/pajé Ñezú. Essa imagem povoa o imaginário coletivo e popular, em grande parte dos católicos e dos romeiros. Reforçada ainda pelo fato de se tratar o primeiro como missionário jesuíta “martirizado” e declarado santo em 1988, “*conquistou a imortalidade e goza eterna lembrança*”, numa espetacular imagética na trama de vínculos e nexos com os princípios da civilização cristã ocidental. Este mesmo discurso disseminado no âmago do imaginário coletivo condena ao esquecimento o “*maldito*” Ñezú.

Para reconstruir o itinerário do pensamento jesuítico sobre o engrandecimento dos episódios concernentes ao Martírio do Caaró, Oliveira recompõe o acervo bibliográfico e historiográfico das obras escritas pelos jesuítas historiadores e as formas como manipularam as fontes, definindo-o como “um estilo jesuítico de escrita da História”:

Apesar de escreverem em épocas diferentes, e motivados por circunstâncias diferentes, os historiadores jesuítas constituem uma espécie de linhagem. Ligados por fortes laços institucionais e devocionais a um passado em comum, cultivam uma reverência pela



memória escrita e pelos santos e heróis da Companhia. Resulta disso uma historiografia auto-legitimadora e auto-referente, que combina pesquisa história com narrativa hagiográfica.” (Oliveira, 2010, p. 57).

Outra análise relevante sobre esta temática, que analisa a ordem do discurso jesuítico sobre os acontecimentos do Caaró a partir do século XVII foi produzida por Ezeula L. Quadros “A defesa do Modo de Ser Guarani: o caso do Caaró e Pirapó em 1628” (2012), por se tratar de um dos tantos assuntos polêmicos na temática missioneira. Desde as primeiras narrativas produzidas ainda no século XVII sobre o episódio e as relações com lideranças indígenas, entre eles Nheçú, muitos pesquisadores tentaram desvendá-lo. Estas tentativas têm desafiado a academia e talvez seja por isso que se criam tantas narrativas que povoam diversos imaginários. Mas a narrativa muito bem construída por Ezeula instiga os pesquisadores porque ela abandona os lugares comuns de análise, avança além das teses já consagradas e nos apresenta novas possibilidades no entendimento da questão: as situações de conflitos, de violências no encontro entre os indígenas e os jesuítas e como decorrência as perseguições e os massacres às comunidades indígenas criminalizadas pela morte dos padres, e; outra forma de interpretar os acontecimentos é a recuperação da interpretação cultural do modo de ser guarani. Estas duas possibilidades articuladas são os pontos fulcrais da narrativa proposta por Ezeula, porque apresentam os indígenas como sujeitos históricos que assumem com força o protagonismo dos acontecimentos que consubstanciam situações típicas da conquista espiritual empreendidas pela Companhia de Jesus e da atuação dos indígenas, que em meio aos conflitos inerentes ao processo de colonização, souberam negociar, interferir, interagir nos acontecimentos históricos.

Nesse sentido, Ezeula enfatiza as lideranças indígenas em suas capacidades de realizarem alianças com os missionários sempre que possível e conveniente, legitimando o projeto apostólico-político da Companhia de Jesus, no entanto, quando essa aliança não interessava aos indígenas eles reagiam, se rebelavam e propunham novas estratégias de negociação. Essa situação a autora expressa ao afirmar que: “*as relações entre indígenas e jesuítas da América colonial espanhola resultaram de um complexo processo de interesses múltiplos*”, onde os jesuítas deviam vencer o desafio dos lugares perigosos e desconhecidos, ao passo que esses lugares se constituíam em territorialidades, lugares de vivência, sobrevivência e sociabilidade das comunidades indígenas. Gradativamente a autora vai



desvendando a pergunta que não quer calar desde os massacres de 1628 até a atualidade: quem estava em vantagem e em desvantagem naquele momento crucial à conquista espiritual empreendida pelos jesuítas? Os jesuítas desafiavam o poder tradicional dos Xamãs, dos Taxauás, dos Morubixabas fortemente arraigado nas comunidades guaranis, formatando um poder simbólico complexo e abstrato, ao passo que esse mesmo poder tradicional muitas vezes se constituía num impasse a ação evangelizadora dos jesuítas. A obra de Ezeula está fundamentada no debate sobre essa divergência, percebendo as contradições que compõem as pluralidades do fato fundante da história das Missões: o martírio ou massacre dos três padres, seguido do massacre dos indígenas envolvidos, num senso de criminalização e justiça no contra-ataque da Companhia de Jesus [aliás Ezeula retira das fontes históricas a invisibilidade, o silêncio de quase 400 anos a respeito do massacre dos indígenas]. Assim a autora constrói o clímax da narrativa ao descrever o ponto culminante do epílogo:

A partir de Candelária, em 21 de dezembro de 1628, as forças reunidas e comandadas por índios cristãos e jesuítas promoveram o ataque à redução de Caaró. Nesse ataque, atuaram cerca de mil guerreiros, usaram armas de fogo, cavalaria e estratégias de guerra, formando um exército muito superior aos índios de Caaró (Quadros, 2012, p. 124).

No entanto, esse epílogo adquire sentido a partir da compreensão dos atos de defesa do modo de ser guarani que constrói o universo simbólico que explica desde a aliança até a resistência. Em dissertação recente Diosen Marin (2014) analisou profundamente a construção dos discursos católicos sobre o evento, nas décadas de 1920 e 30 no Rio Grande do Sul, os quais favoreceram o processo de consolidação da Romaria do Caaró no período, e constatou que os vínculos existentes entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro eram bastante próximos. Nesse sentido, a autora afirma:

Assim, ao identificarmos que a proposição dos padres jesuítas como mártires foi considerada verdadeira pela sociedade, podemos considerar que o mesmo ocorreu com os “comunistas”, que foram apresentados a sociedade brasileira como “inimigos”. Esse discurso foi bastante eficaz nos municípios da região das missões, pois ali a população havia vivenciado uma experiência traumática com esse grupo alguns anos antes. Ora, se o Estado e a Igreja Católica, instituições com importantes relações de poder na sociedade do período condenavam, logo, não era nenhum absurdo a população temer ao desconhecido, mesmo que não considerassem como inimigos, como lhes queria fazer crer o governo e a Igreja Católica. (Marin, 2014, p.71-72.)





Dessa forma percebe-se a construção de uma nova historiografia sobre o tema compreendida por Oliveira, Quadros e Marin, os quais buscam em suas abordagens compreender as intervenções histórica, arqueológica e religiosa dos padres, professores e pensadores da Companhia de Jesus na região – que está na origem da Romaria e do Santuário do Caaró, que perenizou e monumentalizou o “Martírio” como fato fundante do missionarismo na região, foi construído a partir da década de 20 do século XX, favorecendo o discurso da Igreja, da Escola e do Estado Positivista sul-rio-grandense. O encontro incontestável dos vestígios do “Martírio” transformados e representados como autênticas relíquias sagradas nesse período, coincide com a fundação e organização da Colônia Rondinha. O evento da recuperação das relíquias comprovou a tese dos jesuítas de que aquele local era sagrado, portanto, deveria ser idolatrado, cultuado em seus vestígios sagrados ou relíquias, e fortaleceu os vínculos identitários da população com a obra e o passado das Missões Jesuíticas, porém negava os vínculos com o imigrantismo, num autêntico processo de recalque de identidades e memórias. Percebe-se aí que existiam interesses em jogo naquela região, e que toda a atuação dos jesuítas não foi por acaso.

Além dessa preocupação do catolicismo, percebemos que o governo republicano dirigia parte de suas atenções para a Região Colonial das Missões, posto que em 1907 criou o Serviço de Povoamento do Solo Nacional (SPSN) vinculado a DTC (Diretoria de Terras e Colonização (DTC), cujo diretor era Carlos Torres Gonçalves, que ali permaneceu entre 1908-1929. Conforme análise de Márcio Both em “*Positivismo e colonização no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1930)*” [2013], Torres procurou referendar o pensamento positivista sul-rio-grandense, disseminando-o entre as comunidades agrárias de colonos. Both destaca que a influência do Positivismo de Estado Rio-grandense, o que é visível ao longo dos relatórios do DTC. Segundo ele, cabia ao DTC “organizar o processo de discriminação entre domínio público e privado da terra, bem como povoamento das regiões de fronteira agrária ainda existentes no Rio Grande do Sul.” Both referencia a importância do DTC, à medida que:

O governo do Estado, na perspectiva de Torres Gonçalves, deveria utilizar o dinheiro que vinha sendo gasto na introdução de novos imigrantes na organização e melhoramento das colônias existentes, assim como na localização dos trabalhadores nacionais (caboclos), na regularização dos *intrusos*, na proteção dos indígenas e no estabelecimento da



descendência da população colonial residente no estado. Torres Gonçalves, portanto, não mediu esforços em utilizar o positivismo como plano de fundo para definir as políticas de colonização e discriminação de terras públicas. (Both, 2013, p.125.)

Portanto, ao buscarmos a compreensão do processo de povoamento deste espaço na região noroeste, devemos entender o comportamento das instituições e em quais âmbitos elas deliberadamente agiam para atingir seus resultados, conforme sua visão de mundo e intenções socioeconômicas.

Além disso, torna-se imperativo perceber os diversos sentidos e enfoques que o nosso objeto de pesquisa assume perante as compreensões de fronteira nas distintas análises. A busca de explicações na formação étnica e cultural de Caibaté e seus embates com as tradições inventadas no momento de organização da então Vila Santa Lúcia, nos possibilita inferir sobre a dinâmica da comunidade por ocorrer à constante chegada de novos indivíduos e o contato com diferentes grupos sociais, o que permite entendê-la como espaços de fronteiras culturais, onde o “EU” e o “OUTRO” se coadunavam e conjugavam, formando comportamentos, tolerâncias, rejeições, conforme os casos proporcionados pela diversidade étnica daqueles grupos cuja homogeneidade era as práticas católicas. A população que ali se fixou, principalmente a partir da década de 1920 teve como elemento relacional as representações formuladas a partir dos paradigmas do Missioneirismo, explicativos do passado histórico da região. Essa compreensão fora mediada por jesuítas e demais setores do catolicismo, os quais se tornaram fulcrais nas construções identitárias e se consolidaram nas subjetividades e sentimentos de pertencimento da população da região. Nesse sentido as nossas compreensões de fronteira se elaboram e são perceptíveis na complexidade das inflexões culturais, étnicas, políticas, geográficas e socioeconômicas, posto que se tem por eixo a apropriação territorial, onde se sedimenta toda a complexidade cultural que a região em questão nos possibilita.

É no diálogo com a obra de Fredrick Barth cujos pressupostos recorrem as fronteiras étnicas, como elas estabelecem relações sociais entre diferentes grupos que ocupam determinado espaço, que possibilita compreender a formação da Vila Santa Lúcia, ou seja, os habitantes dela viviam em diferentes situações de fronteiras.

A fim de corroborar com o diálogo proposto por Barth nos servimos dos métodos e das técnicas da História Oral para recuperar e interpretar o cotidiano e a vida privada dos



ENCONTRO  
INTERNACIONAL  
FRONTEIRAS E  
IDENTIDADES

descendentes de imigrantes e caboclos em meio às representações formuladas no âmbito do Missionarismo. As entrevistas com diferentes representantes da comunidade nos permitem compreender sobre a existência de uma escola somente para os descendentes que ainda falavam a língua alemã, simultânea a “a escola dos pobres”, provavelmente voltada ao ensino dos caboclos. Outro fator de coesão interessante de ser avaliado é a organização dos bailes, organizados e separados por grupo étnico, os quais buscavam suas próprias formas de lazer e divertimento.

## REFERÊNCIAS

BARTH, Fredrick. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Vários tradutores. São Paulo : Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o historiador**. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte : Autêntica, 2011.

BURKE, Peter (Org). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo : Editora Unesp, 1992.

CATEN, Sonia Ten; HOFFMAN, Irene. **Apostila de Pesquisa sobre a História de Caibaté**. Caibaté: 1991

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro : Campus, 1997.

CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1989.

GOLIN, Tau. **Identities: Questões sobre as representações socioculturais no gauchismo**. Passo Fundo : Clio Méritos Editora, 2005.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. *Os missionários*. In: ZARTH, Paulo (Org.). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre : Letra & Vida, 2012, p. 58-76.

GUTFREIND, Ieda. **A historiografia rio-grandense**. Porto Alegre : UFRGS, 1998.



KREUTZ, E. A. **Santos Mártires das Missões**. 10. ed. Santo Ângelo : Ed. Berthier, 2003.

\_\_\_\_\_. **Santuário do Caaró**. 3. Ed. Santo Ângelo: ed. Bethier, 2001.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. Tradução: Patrícia de Queiroz. São Paulo : Editora UNESP, 2001.

MARIN, Diosen. **A consolidação da Romaria do Caaró a partir da mídia impressa: 1937-1945**. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

MAUCH, Cláudia. VASCONCELLOS, Naira. (Orgs). **Os alemães no sul do Brasil**. Canoas : Editora ULBRA, 1994.

OLIVEIRA, Paulo R.M. **O Encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável Roque Gonzáles nas terras de Ñezú**. 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre.

POMMER, Roselene M. G. **Missionarismo: história da produção de uma identidade regional**. Porto Alegre : Martins Livreiro, 2009.

PORTELLI, Alessandro. *Memória Oral como gênero*. In: **Projeto Historia**, 22 (Historia e Oralidade). São Paulo : PUC-SP, 2001.

QUADROS, Ezeula I. **A defesa do Modo de Ser Guarani: o caso do Caaró e Pirapó em 1628**. Porto Alegre : Edigal, 2012.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis : Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SCHUPP, Ambros. Pe, S.J. **A missão dos jesuítas alemães no Rio Grande do Sul**. (1912, 1.ed). São Leopoldo : Ed. UNISINOS, 2004.

SPOHR, Pe. Inácio (S.J.). **Cerro Largo-RS**. [Coletânea de documentos referentes] Paróquia Sagrada Família de Nazaré, Seminário São José, Presença dos Jesuítas: 1902 a 1956. Porto Alegre : BRM Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus, 2013

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas : Unicamp, 2003.

QUEVEDO, Júlio R. *Romaria do Caaró: prática cultural, patrimônio e discurso midiático*. In: LEAL, Elisabete e PAIVA, Odair Cruz (orgs.) **Patrimônio e História**. Londrina : Unifil, 2014.

SILVA, Marcio A. B. **Babel do novo mundo: povoamento e vida rural na região de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)**. Niterói : EDUFF ; Guarapuava : UNICENTRO, 2011.



\_\_\_\_\_. *Positivismo e colonização no Rio Grande do Sul da Primeira República (1889-1930)*. In: TEDESCO, João C; NEUMANN, Rosane M. **Colonos, colônias e colonizadoras: aspectos da territorialização agrária no Sul do Brasil** Porto Alegre : Letra&Vida, 2013.

ZARTH, Paulo (Organizador). **História do Campesinato na Fronteira Sul**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2012.

WESZ, Mauro M. **Caibaté: imigração e construção de identidades na região das Missões do Rio Grande do Sul**. 2014. 63f. Monografia (TCG em História) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria/RS.

WILLERS, Charlei K. **Rondinha, Santa Lúcia, Caibaté – A caminhada de um município**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Santo Ângelo, 2004.